

ANC
p 2

Economia e Constituinte

88861 09V * 2 FOLHA DE SAO PAULO

Brasília

2 * AGO 1988

Em almoço íntimo que promoveu no último sábado, no Palácio da Alvorada, o presidente José Sarney emitiu dois sinais: 1) Está "irritado" —a palavra é sua— com a alta da inflação; 2) Não pretende autorizar a execução de qualquer plano econômico abrangente antes que o Congresso constituinte termine de redigir a nova Constituição. Cinco pessoas o acompanhavam no almoço: sua mulher, Marly; o chanceler Abreu Sodré; o empresário Matias Machiline (Sharp); o escritor Josué Montello, hóspede do Alvorada no final de semana; e o consultor-geral da República, Saulo Ramos.

Seus convidados ainda degustavam a comida caseira, preparada sob a supervisão de Marly, no momento em que Sarney falou sobre o plano do ex-ministro Mário Henrique Simonsen, que prevê a aplicação de um redutor sobre preços e salários para domar a inflação. Disse que não há chances de a idéia vir a ser adotada pelo governo. Declarou-se convencido de que qualquer plano econômico, inclusive o de Simonsen, só pode dar certo se for acompanhado de significativa redução do déficit público.

Foi precisamente neste ponto da conversa

que o presidente uniu economia e Constituinte. Insistiu na argumentação de que é "impossível" saber no momento quanto custarão os benefícios sociais incluídos no texto constitucional. Acha que só conseguirá (ou não) programar a economia, com novos planos de longo prazo, quando a Constituição estiver votada e promulgada, o que, segundo seus cálculos, corroborados por Saulo Ramos, só acontecerá dentro de 30 a 40 dias.

O presidente não se sente seguro para fazer previsões sobre o comportamento da inflação em agosto. Dispõe apenas das promessas do ministro Mailson da Nóbrega (Fazenda) de que o índice será menor que os 24,04% registrados em julho. O quadro traçado por Sarney permitiu pelo menos duas conclusões aos seus convidados: 1) É bastante provável que o governo adote um novo plano econômico depois de promulgado o texto da nova Constituição; 2) Antes de colocá-lo em prática, já escolheu o responsável pelo seu fracasso: o Congresso constituinte.

Josias de Souza